



SACO SEM FUNDO

Gen Div Clovis Purper Bandeira

“Quando as ideologias ficam bem velhinhas, vêm morar no Brasil”.
MILLOR FERNANDES

O Executivo brasileiro tem sido pródigo na distribuição de benesses, com o dinheiro público, para perseguidos e supostos perseguidos políticos do tempo dos governos militares.

Trata-se de uma justiça de mão única que, baseada na leitura seletiva da Lei da Anistia, beneficia os antigos guerrilheiros, terroristas e políticos cassados por improbidade, peculato, falta de ética, compra e venda de votos e outros crimes, enquanto nada toca aos que morreram combatendo as tentativas de tomada do poder pela força. Tudo confirma a tendência legislativa atual, em que só os criminosos têm direitos e direitos humanos.

Como exemplo, os pais do soldado Mário Kozel Filho, que teve o corpo destroçado no atentado a bomba ao QG do II Exército, em São Paulo, onde estava de sentinela, receberam a polpuda pensão de 60% do salário mínimo. Enquanto isso, jornalistas autoexilados e, depois, anistiados, receberam indenizações da ordem de centenas de milhares de reais, além de pensões mensais vitalícias de 20 mil reais, com isenção de imposto de renda.

A Comissão Nacional de Anistia, que outorga esses prêmios a seus escolhidos, é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça. Não responde ao Legislativo nem ao Judiciário. No entanto, julga, anistia e indeniza. Contra suas decisões não há recurso. É composta, em sua esmagadora maioria, por “companheiros” dos beneficiados. As raposas tomam conta do galinheiro. O total despendido pelos cofres públicos (ou seja, por nós contribuintes) ultrapassa 2,5 bilhões de reais.

Os abençoados com tais indenizações e pensões, no entanto, estão se esgotando, embora ainda haja milhares de processos a examinar. O saco de bondades, assim, está ficando cheio e acabará por ser fechado.

Será verdade? Uma pequena nota da imprensa, escondida numa página interna dos jornais, anuncia que o governo federal, por meio de um de seus incontáveis ministérios e secretarias com status de ministério, pretende editar um livro sobre os filhos dos perseguidos políticos. Já antevejo as filas de candidatos a pensões, munidos de laudos inatacáveis sobre as mazelas que lhes foram causadas por serem filhos de perseguidos políticos, mesmo que esses os tenham abandonado voluntariamente ao caírem na clandestinidade, mudarem de nomes e até constituírem outras famílias. Nada mais justo do que indenizá-los por tanto sofrimento, afinal o governo e o destino do país deveriam ter sido entregues a seus pais de mão beijada, sem terem sido eleitos, apenas por serem iluminados seguidores de uma ideologia que fracassou no mundo inteiro e que queriam impor ao Brasil. O culpado por tudo isso só pode ser o Estado, que lhes deve indenização e pensão. Livres de imposto de renda, de preferência.

Assim, o saco não terá fundo, para alegria do escritório de advocacia do Dr. Greenhalgh, senhor absoluto das ações de indenização, com as quais já faturou quase 1 bilhão de reais (repito: 1 bilhão de reais). Como matar essa galinha de ovos de ouro?

E, depois dos filhos, haverá netos, bisnetos etc? Eu também quero...